

dos dominadores, ou seja, o seu reconhecimento e aceitação sociais são mais considerados por Weber que o próprio exercício da dominação.

Como um derivado da teoria do poder, da sua legitimidade e controle, Weber identifica no processo de racionalização o fenômeno da burocracia como um sistema de administração ou de organização que tende a uma racionalidade total e em termos de eficácia e especialização obtidas pela existência da hierarquia. Este poder burocrático e impessoal seria típico do Estado moderno.

2.1.3 Karl Marx e o princípio da contradição social

No quadro da sociedade capitalista moderna de meados do século XIX, a obra filosófico-política de Marx apresenta várias dimensões e a Sociologia, desde o início do século XX, acercou-se desse conhecimento, incorporando ao seu referencial teórico um conjunto de concepções explicativas da realidade social. A referência a conjunto diz respeito às teorias serem conceitos inter-relacionados, conjugados, de mútua-explicação que, ao fornecer explicações sobre a realidade, trazem a marca da metodologia que os inspira. Nesse caso, a contribuição de Marx, ainda hoje valiosa, refere-se ao fato da Sociologia adotar a metodologia dialética do materialismo histórico, aceitando sua interpretação da formação, composição e dinâmica da sociedade capitalista exposta na extensa obra *O capital* (1885-1905), publicada após sua morte.

Transposta para a análise do processo histórico, a dialética materialista utilizada por Marx – que recebeu influência do filósofo alemão Hegel (1770-1831) e parceria do teórico socialista alemão Engels (1820-1895) – procura a partir da crítica da sociedade da época, explicar a história das sociedades com base na produção econômico-material. O real é considerado uma totalidade concreta na abordagem metodológica do materialismo histórico, cujo emprego do termo não partiu de Marx.

Nesse esforço dialético de apreensão dos contrários, Marx reconhece a presença da ideologia no processo de investigação e faz da teoria uma construção de categorias conceituais que possam conter a manifestação mais simples. No capítulo “Método da economia política” do livro *Contribuição à crítica da economia política* (1859), Marx (1977) demonstra que a categoria população, como empregada na obra do filósofo escocês Adam Smith (1723-1790), para chegar à riqueza das nações, esconde trabalho humano, a mais simples das categorias. Além de sua teoria sobre o processo de acumulação, Marx desenvolve a teoria do valor trabalho (1975).

Para ele, o trabalho humano é o único meio de produção capaz de agregar valor aos bens produzidos, uma vez que os outros são meios materiais de produção – a terra, o ar, as ferramentas, as máquinas, o dinheiro, os equipamentos, a infraestrutura



física dos galpões, fábricas, escritórios etc. – os quais só se multiplicam se a eles for incorporado trabalho. Por isso, a força de trabalho é dispêndio físico e mental de energia humana que cria valor, ou seja, transforma a terra em plantações, o couro em sapatos, as ideias em livros, apenas para exemplificar.

Ocorre que os meios de produção, materiais ou não, apresentam-se na forma de propriedade privada dos homens, com exceção do ar. Assim, Marx demonstra que as relações de produção são relações de propriedade estabelecidas entre os proprietários dos meios materiais de produção (os capitalistas) e os proprietários da força de trabalho (os trabalhadores). A organização da sociedade moderna assenta-se, pois, sobre a associação complementar entre empresários burgueses e operários das indústrias pela preponderância do trabalho fabril nos primórdios e consolidação do capitalismo. Essas duas classes fundamentais, capitalistas e trabalhadores – e aqui Marx (1975) inaugura uma teoria sobre as classes sociais em capítulo que não concluiu – associam-se de modo desigual para produzir materialmente a sobrevivência, e se dividem, também de maneira desigual, para repartir o resultado desse trabalho na forma de lucro, renda e salário, basicamente.

Essa diferenciação denota o traço do trabalho assalariado, na sociedade capitalista. O pagamento da força de trabalho pressupõe que o trabalhador é livre para vender (alugar) a sua energia a quem a queira pagar e instaura a dependência, a subsunção do trabalho ao capital. Por isso, as relações de propriedade dos meios de produção transformam-se ao longo do processo produtivo em relações de apropriação social. Há um “sobretalho” despendido que é apropriado pelo capitalista por não ser pago ao trabalhador e esse valor a mais é extraído seja pela extensão física da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), seja por formas que organizam o trabalho e o tornam mais funcional (mais-valia relativa). Esta é a teoria da mais-valia, em *O capital*. Nos dias atuais a mais-valia relativa advém do emprego de técnicas que amenizam as condições de trabalho, desde a música ambiente e gestão participativa dos trabalhadores a exercícios laborais e o uso de móveis e equipamentos ergonômicos.

Ao compor essa e outras teorias explicativas da realidade social, Marx considera o processo de conhecimento como uma atividade prática, laboriosa, o qual, ao apropriar-se do real, o transforma. O pensamento é uma forma de transformar o real e há historicidade no conhecimento empírico de situações particulares. A realidade social está em contínua transformação, é historicamente determinada e está sujeita a leis históricas. Para captar essa totalidade, o conhecimento percorre níveis inter-relacionados de análise contextualizada: ações e atitudes individualizadas, por um lado, e ações e movimentos coletivos, processos históricos estruturais, por outro lado.

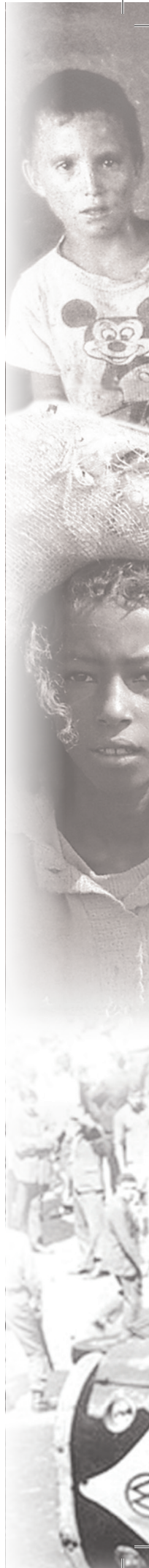
A ciência social, neste caso, realiza a práxis, transforma o real, é, portanto, detentora de uma dimensão política que lhe é inerente. Deve, pelo raciocínio

dialético, distinguir entre a essência e a aparência dos fenômenos que explica historicamente e ser capaz de fazer a crítica da ideologia dominante. Sobre a ideologia como um fenômeno social de relevo a partir das relações sociais concretas, Marx e Engels (1984) publicam *A ideologia alemã* (1845), criticando a concepção idealista de ideologia presente nos filósofos alemães.

O objeto de estudo da ciência social são as relações objetivas, materiais, determinadas, já que a sociedade se apresenta como uma realidade determinada historicamente. O processo histórico é a própria práxis coletiva, que independe da vontade dos homens, mas depende das condições sociais da sua existência e de como se organizam para produzi-la. Daí, a diferenciação que Marx estabelece entre as sociedades escravocrata, medieval e capitalista. Em cada uma, as relações sociais se diferenciam na forma como os homens se associam para produzir a subsistência. Na sociedade escravocrata, o escravo é propriedade do senhor; nas relações de servidão, o servo da gleba submete-se ao domínio do senhor da terra, deve-lhe obediência; e no modo de produção capitalista, essas relações são mercantis, como na troca de uma mercadoria por dinheiro. Na passagem histórica de um modo de produção a outro, as mudanças já estão presentes de forma latente na situação anterior, que não se transforma de todo em um novo modo de produção. O vigente é sempre o modo de produção hegemônico.

Em uma imagem da natureza física, Engels (1978) utiliza o exemplo de uma semente que, colocada na terra, precisa das condições externas – calor, umidade, nutrientes, tempo – para, a partir de uma luta interna, modificar-se e rebentar a casca para brotar o caule, desenvolver uma nova planta que, por sua vez, dará frutos e mais sementes que contêm igual potencial de transformação. Pode-se, no pensamento de Marx, fazer uma analogia com esse movimento dialético dos contrários na superação de um modo de produção para outro advir; ou mesmo, compreender o antagonismo complementar que se encontra nas relações de classe, na luta por interesses diferentes que disputam a riqueza acumulada no processo produtivo. Dessa perspectiva, Marx desenvolve seu raciocínio seguindo o princípio da contradição social, encontrada na forma histórica de contradições estruturais do capitalismo, oposições reais que podem ter aparência mistificadora ou ideológica, afirma Bottomore (1988).

Nesta lógica dialética a política é competição entre possíveis históricos não-equivalentes e está posta no movimento incessante de mudança, próprio da realidade social. Esse é, aliás, o princípio da dialética exposto pelo filósofo grego Heráclito (540 a.C. - 480 a.C.): o homem que se banha hoje num rio não é o mesmo de ontem; ele e o rio já são outros, ambos estão em movimento. Atesta de forma concisa esta teoria da mudança, o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), uma publicação de Marx em parceria com Engels, onde a práxis ganha a dimensão da



história real. Para eles, a práxis corresponde à ação fundamentada politicamente para transformar as estruturas de poder vigente e construir novas relações sociais fundadas na igualdade de condições a todos.

Marx (1975) se pergunta o que é a sociedade em qualquer de suas formas e demonstra que ela é o resultado da ação recíproca dos homens, que não escolhem esta ou aquela forma. E prossegue: para um estado particular de desenvolvimento das forças produtivas – todos os meios materiais e recursos de conhecimento – tem-se uma forma particular de comércio e de consumo. À etapa particular de desenvolvimento da produção corresponde determinada estrutura social, uma organização correspondente da família, dos estamentos, das classes, ou seja, uma sociedade civil correlata.

2.2 GRANDES CAMPOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Sociologia que se desenvolve na vertente do materialismo histórico toma a contradição social como princípio metodológico. Reconhecer as contradições sociais é tarefa do cientista para Marx, que concebe o sujeito cognoscente também como sujeito histórico, pois conhecer e transformar são como tomadas de consciência histórica. Já o pesquisador investido do método compreensivo de Weber persegue o princípio da racionalização social buscando o significado das ações sociais, no entendimento de que a subjetividade é um momento necessário do processo objetivo de conhecimento. Durkheim, por sua vez, vale-se da metodologia funcionalista para explicar o princípio da integração social. Cada um dos clássicos sociológicos, de certo modo, inaugurou uma perspectiva analítica definindo atuação metodológica própria e fazendo escola: o funcionalismo, o método compreensivo histórico e a vertente do materialismo histórico com a lógica dialética.

Todos os clássicos lidam com questões da mudança social, seja com a preocupação de manutenção da ordem, seja admitindo ser o conflito inerente a ela, conforme a metodologia proposta. A partir das origens, identificam-se campos de estudo da Sociologia desde a preocupação presente nos autores clássicos com a religião e a sociedade industrial moderna e, nela, com o trabalho, conceitos que foram ganhando conformações epistemológicas e especificando as múltiplas faces do objeto de estudo sociológico.

Não há como formular teorias explicativas sobre aspectos da realidade sem o amparo de uma metodologia, ou seja, de uma concepção sobre o real e a ciência que inspire um modo de apreender a realidade e traduzi-la para a comunidade científica. Assim fazem os teóricos. As teorias sociológicas respondem aos problemas sociais e de preocupação sociológica colocados pela ótica metodológica que os indaga. Teoria e metodologia comprometem-se uma à outra, como partes